Orientações – cooperação jurídica internacional em matéria civil

ANTES DE EXPEDIR A CARTA ROGATÓRIA CERTIFICAR-SE DE QUE NOME E ENDEREÇO DA PESSOA/EMPRESA DESTINATÁRIA ESTÃO ATUALIZADOS E COMPLETOS, INCLUSIVE COM O NÚMERO DO IMÓVEL, NÚMERO DO APARTAMENTO etc.

A CARTA ROGATÓRIA DEVE SER ASSINADA PELO JUIZ.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública se prontifica a **analisar previamente** minutas de solicitação de cooperação jurídica internacional, procurando adequá-las às exigências do Estado requerido. Para tanto, as minutas devem ser encaminhadas para os endereços de correio eletrônico cooperacaocivil@mj.gov.br ou alimentos@mj.gov.br

Nessa hipótese, após análise, a minuta é devolvida com as eventuais sugestões de alterações e aguarda a versão definitiva com a devida tradução.

Esclarecemos que a SPr 1.2.1.1 providencia apenas a versão e encaminhamento das cartas rogatórias cujos interessados sejam beneficiários da Justiça gratuita.

AS CARTAS ROGATÓRIAS, AINDA QUE DE BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, PARA PAÍSES CUJO IDIOMA OFICIAL SEJA O PORTUGUÊS, PODEM SER ENCAMINHADAS, DEVIDAMENTE INSTRUÍDAS, DIRETAMENTE AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Qual modelo utilizar?

SEMPRE CONSULTAR AS ORIENTAÇÕES POR PAÍS – disponíveis no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública

BOLÍVIA E MÉXICO

As Justiças da Bolívia e do México não reconhecem a fé pública da assinatura digital. Por essa razão, as cartas rogatórias destinadas a tais países devem conter a assinatura física do magistrado, sendo necessária autenticação de toda a instrução (todas as vias) que acompanha as cartas rogatórias.

Justiça gratuita – encaminhar por malote com as vias necessárias

TAIWAN – utilizar como base o modelo genérico (SAJ 1702)

O Brasil não reconhece Taiwan como entidade soberana e autônoma, desde 1974, quando estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China. Para evitar problemas relacionados à denominação Taiwan é preciso seguir as seguintes orientações, tanto no português quanto na tradução juramentada:

- Não usar a nomenclatura “carta rogatória”. Usar apenas o termo “carta”, aceito em Taiwan.
- Também não usar termos como rogante, rogado, rogatória.
- Não usar os termos “autoridades judiciais competentes da Justiça de Taiwan”, substituindo a expressão por “autoridades competentes em Taiwan”.
- Não usar termos como China, chinês, Republic of China (ROC), República Popular da China.
- Observar as orientações acima também nos documentos que instruem a carta rogatória e as traduções.

QUANDO NÃO HOUVER CONVENÇÕES, TRATADOS OU EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS UTILIZAR O MODELO GENÉRICO DE CARTA ROGATÓRIA (SAJ 1702).

Audiências (e perícias agendadas, por analogia)

Os prazos mínimos (180 dias, quando se tratar de matéria cível) para recepção da carta rogatória no Ministério da Justiça e Segurança Pública estão determinados no artigo 7º, § 1º, item “b” da Portaria Interministerial nº 501/12. Para viabilizar o cumprimento dentro desses prazos, recomenda-se o **acréscimo de no mínimo 60 dias** para os trâmites de tradução e encaminhamento ao Ministério da Justiça e Segurança Pública